

Um sentido telúrico de Pernambuco e do Nordeste

Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero¹ (UFRN)

Resumo:

*A obra do pernambucano Júlio Celso de Albuquerque Bello, **Memórias de um senhor de engenho**, publicada em 1939, tem como matéria principal o universo rural voltado para a produção do açúcar. A partir desse quadro geral, o autor passa a expor com simpatia e elegância de estilo sua visão a respeito dos aspectos ligados a tal universo, numa narrativa que faz o seu leitor pensar em antecedentes e pósteros ilustres, como o Joaquim Nabuco de Minha formação, entre os primeiros, além de Gilberto Amado e José Lins do Rego com os respectivos História de minha infância e Meus verdes anos, entre os últimos. Conjugada à trajetória pessoal do autor, a obra traz ainda notícias de seus antepassados, de antigos e coevos senhores de engenho, da decadência que estes conheceram, das festas religiosas e folclóricas da região, enfim, de tudo aquilo que costumamos ver num bom livro de memórias.*

Palavras-chave: Júlio Bello, Memórias de um senhor de engenho, autobiografia, memorialismo

Faz já algum tempo que o interesse pela literatura de memórias entre nós tem crescido de forma pronunciada, e isso se deve, creio, sobretudo ao desenvolvimento do gênero, que encontrou, particularmente nas últimas décadas, inúmeros cultivadores em nossas letras. Trata-se de uma produção variada, desnivelada, com propósitos ora voltados para o dado essencialmente histórico, ora almejando atingir planos mais elevados da elaboração artística; ou ainda, com frequência, buscando conciliar essas duas esferas, que afinal nada possuem de antagônico.

Uma produção literária de tal natureza vem demonstrando vigor incomum dos anos 30 do século passado para cá, se comparada à produção anterior a esse período. Mas, a bem da verdade, qualquer desenvolvimento desse gênero literário aqui no Brasil acabaria mesmo por chamar a atenção em vista da pequena representatividade que obteve no século passado e nas primeiras décadas deste século.

Como é manifesto, a produção dominante de nossa literatura no período de sua formação esteve, e ainda continua, voltada sobretudo para a poesia e a prosa de ficção. É visível, porém, a presença mais intensa e mais articulada de textos de memórias, formando, por conseguinte, um conjunto mais coeso, bastante diferente daquele quadro de produções isoladas, embora de valor, de um Francisco de Paula Ferreira de Rezende, de uma Helena Morley, de um Joaquim Nabuco.

Convém lembrar um pouco o percurso da literatura brasileira e verificar que no século passado o romance, por suas próprias características de gênero aberto, encarregava-se de descrever a nossa realidade, fazendo-o a partir do seu inerente acento artístico e também em função do “projeto nacionalista” que norteava o nosso Romantismo, o que terminou por conferir-lhe uma “verdadeira forma de pesquisa e descoberta do país”, conforme os termos de Antonio Candido em seu ensaio esclarecedor (CANDIDO, 1975, v. 2, p. 112). O que havia era um esforço dos nossos romancistas em dar conta das formas de vida em um país, de um lado, de tão larga geografia, e, de outro, tão aparentemente rarefeito ainda quanto às relações sociais nele estabelecidas. Tarefa abraçada como missão, a ficção romântica brasileira a cumprirá quase que programaticamente, abordando tanto quanto possível as esferas da incipiente, ainda que diversificada, cena do país - vida na cidade, vida rural e vida primitiva. E dessa forma, tal esforço desejava resultar em “tomada de consciência da realidade brasileira” (CANDIDO, 1975, v. 2, p. 114), objetivo cuja busca atribuiria à nossa literatu-

ra a capacidade de, como realização artística, revelar também nossa configuração histórica e social.

Por sinal, a aptidão que a literatura possuía em retratar nossa evolução histórica e de definir as marcas distintivas da pátria convertia-se em critério de avaliação para a crítica brasileira da segunda metade do século XIX e início deste século, conforme nos indicam as observações de João Alexandre Barbosa:

Ora, se nos ativermos a alguns dos principais textos críticos que constituem a nossa tradição entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, não será difícil verificar de que modo todos eles estão configurados sob uma perspectiva que eu chamaria de paixão interpretativa. Era natural: desde o começo das reflexões críticas no Brasil, mesmo as menos sistemáticas, empreendidas pelos próprios criadores entre os séculos XVII e XIX, o debate centra-se na busca de uma diferença com relação à Europa e, portanto, pela identidade nacional. Neste sentido, a interpretação da literatura era subsidiária da preocupação maior em identificar os traços culturais que serviam de base para uma definição abrangente do país. (BARBOSA, 1986, p. XV)

Lembre-se também que, como sistema minimamente organizado, a literatura no Brasil ainda pode ser considerada relativamente jovem. O período de sua configuração remonta à metade do século XVIII, prolongando-se até a segunda metade do século XIX, conforme o conhecido ponto de vista adotado por Antonio Candido em seu já mencionado *Formação da literatura brasileira*.

A literatura de memórias entre nós tem que ser, por sua vez, considerada mais recente ainda, visto que somente da segunda metade do século XIX em diante, e sobretudo ao seu final, é que tal literatura conhece um pouco de relevo, embora seja indistintível o caráter de baixa densidade que apresenta no quadro geral da nossa produção literária. Muitas obras redigidas nessa época somente virão à luz no século seguinte devido ora ao insólito da publicação de obras de tal natureza, ora ao desejo explícito do autor, que determinava para muitos anos depois uma eventual divulgação de sua trajetória de vida, como é o caso, por exemplo, das memórias do Visconde de Taunay. Nelson Werneck Sodré assim nos descreve a situação:

Só na segunda metade do século XIX, pois, - a época em que o Romantismo domina as letras e o teatro - aparecem livros de memórias, na maior parte livros de assentos, simples registros de fatos ligados diretamente a quem escreve, que o impressionam e exigem a escrita, e a correspondência começa a ter função um pouco além do seu caráter utilitário e imediato. É raro, entretanto, no início da segunda metade do século, a consagração do livro para memórias, assentos ou correspondência. Mesmo quando desse tempo, os exemplos isolados mostram que foram reduzidos a livro muito depois, aproveitando originais e manuscritos que os cuidados familiares resguardaram da destruição. Para os fins do século XIX, entretanto, quando se anunciam as transformações que vão movimentar o quadro brasileiro, chegando à mudança de regime, aparecem os primeiros livros de memórias. (SODRÉ, 1976, p. 345)

Outro bom exemplo do que refere Nelson Werneck Sodré figura no livro organizado por Gilberto Freyre baseado em anotações de Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo, patriarca de uma família pernambucana, nascido em 1821 e morto em 1901. Em prefácio à primeira edição de *Memórias de um Cavalcanti*, Diogo de Melo Meneses, bisneto do autor, indica as circunstâncias de publicação da obra e a motivação para tanto: “Gilberto Freyre destaca o interesse das memórias de Félix Cavalcanti para os estudiosos da História Social no Brasil do século passado. Este é o motivo principal para a sua publicação no livro dedicado por ele à reconstituição da figura do velho patriarca” (apud FREYRE, 1989, p. CXXXIV).

Naturalmente a ficção sempre procurou estar atenta às transformações ocorridas no “quadro brasileiro” e assim continuar cumprindo sua tarefa de traçar o perfil do país. A presença gradativa dos textos de memórias demonstrou que, para uma tarefa dessa dimensão, a nossa literatura começava a voltar-se rumo a um gênero que apresentava potencial considerável de contribuição nesse campo. Parece, pois, procedente dizer que as memórias pessoais, na medida em que refletiam o meio em que se situava o autor, constituíam uma espécie de força auxiliar da ficção no intuito de mapear a realidade brasileira, mesmo que isto não representasse um projeto específico de atuação.

Nunca deixou de existir, com efeito, aquela vocação de “aplicação social e responsabilidade

na construção de uma cultura” (CANDIDO, 1975, v. 2, p. 115) por parte do romance brasileiro, bastando para comprová-la a lembrança de apenas alguns nomes mais recentes como Lima Barreto, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Dyonélio Machado, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, Antônio Callado.

Ora, essa manifestação mais acentuada da literatura de memórias coincide, e possivelmente não por acaso, com um momento importante do nosso romance, do qual é numa boa medida tributária; inclusive porque, como é natural, muitos autores têm um pé em cada um desses gêneros segundo os casos de Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Cyro dos Anjos, para ficar somente em alguns exemplos notórios. E assim, no que diz respeito ao enfoque das questões nacionais, os textos de memórias acabam por desempenhar papel análogo ao do romance, com a diferença de que aqueles não necessitam, em princípio, apresentar a fatura estética própria deste último. Ocorre, entretanto, que muitas vezes apresentam. Ganham vulto artístico, ombreiam-se com os melhores romances, utilizam-se de suas técnicas, chegam a confundir-se com eles; e, além disso, mantêm importância suplementar pela condição de testemunhos da realidade, que efetivamente são, devido ao manifesto parentesco com o discurso histórico. Não é por outra razão que alguns dos volumes que figurarão nesta pesquisa pertencem a coleções temáticas como a “Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio, ou “Retratos do Brasil”, da Civilização Brasileira.

Do ponto de vista literário, a validade dessas obras está, pois, diretamente ligada à capacidade de operar aquela síntese entre os dados fornecidos pela realidade e os meios expressivos de que o autor é dotado. Significa dizer que esta operação consiste justamente em expandir os aspectos contingentes da matéria tratada - no caso o relato da vida pessoal - a níveis mais abrangentes, mais universais, imprimindo-lhe por tal meio caráter mais exemplar.

*

De grande significado para os nossos escritos autobiográficos é a obra do pernambucano Júlio Celso de Albuquerque Bello, *Memórias de um senhor de engenho*. Como indica o título, a matéria principal aqui será o universo rural voltado para a produção do açúcar. A partir desse quadro geral, o autor passa a expor com simpatia e elegância de estilo sua visão a respeito dos aspectos ligados a tal universo, numa narrativa que faz o seu leitor pensar em antecedentes e pósteros ilustres, como *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, entre os primeiros, e *História de minha infância*, de Gilberto Amado, e *Meus verdes anos*, de José Lins do Rego, entre os últimos. Conjugada à trajetória do autor, a obra traz notícias de seus antepassados, de antigos e coevos senhores de engenho, da decadência que estes conheceram, das festas religiosas e folclóricas da região e de tudo o mais de que trata um bom livro de memórias.

Júlio Bello nasceu em 1873, cresceu no Engenho Queimadas em seu estado natal, estudou em Recife e um pouco no Rio de Janeiro, e, embora não se tenha graduado em nada, era patente a boa formação humanística que possuía, manifestada pelo conhecimento de bons autores e sobretudo pela sua escrita apurada. Exerceu o jornalismo, entrou na política, chegou a governador interino de Pernambuco. Voltou, porém, à casa-grande do engenho familiar, sucedendo ao pai nessa atividade, que se revelou a sua verdadeira vocação na vida.

O livro de Júlio Bello é marcado “por um sentido telúrico de Pernambuco e do Nordeste”, para utilizarmos os termos de Gilberto Freyre. Traz por isso um retrato bastante afetivo e cheio de interesse humano daquela paisagem, evidenciando também dessa forma o parentesco que suas memórias apresentam com a ficção brasileira de cunho regionalista que floresceu no Nordeste a partir dos anos 30. O apego do autor ao seu torrão pode ser constatado em muitas passagens da obra, a começar pelo espaço físico do engenho e mais particularmente o da casa que habitou quase que durante a vida toda:

Neste engenho, dentro da velha casa onde escrevo estas “Memórias”, a bem dizer nasci. Abriam-se-me aqui os olhos para as primeiras coisas da vida tão pequenino vim de Tentugal. Aqui me casei. Aqui morreu meu pai. Minha mãe saiu daqui quase morta para morrer em Barreiros. Tudo nesta casa secular me evoca uma lembrança do passado. A maior felicidade de minha vida é viver

ainda nela e minha maior esperança é morrer sob o seu teto. Ela é desgraciosa, acachapada, sem nenhuma garridice na sua decrepitude, mas não tenho ânimo de modificá-la em nada. Reputaria um sacrilégio tocar-lhe as velhas paredes, as telhas limosas, o bizarro sistema de coberta. (BELLO, 1985, p. 25).

Compreendemos que essa adesão ultrapassa o puro sentimento de propriedade para alcançar dimensões mais transcendentais, de real imersão espiritual naquele mundo. E é daí precisamente que resulta a validade desse depoimento de Júlio Bello, inclusive porque nele pressentimos uma fidelidade incomum na sua visão de mundo. Naturalmente a posição de classe e os valores estão alinhados com o sistema social em vigência. O autor preza a propriedade, o mando, a disciplina, encara a divisão social como fenômeno inerente ao mundo etc. O curioso é que, embora identificado com uma estrutura baseada na desigualdade, sua postura de humanista não fica obscurecida.

Objetivamente examinada por olhos mais progressistas, sua posição seria comparável à de qualquer conservador renitente. Critica o término da escravidão nos termos em que foi feita: “E a abolição veio mesmo estouvadamente, desorganizando em muito a vida no campo, sem prévio preparo, sem indenização e por isto como um grave erro administrativo” (p. 47). Critica a Revolução de 30, movimento que pôs fim à República Velha, período não caracterizado propriamente pelas liberdades democráticas, como se sabe: “Essa situação de desgoerno, de insegurança, e de perseguições políticas, que sucedeu à revolução de 30, entibiu o ânimo de muitos proprietários agrícolas, que se sujeitavam a absurdas imposições sem discuti-las, algumas vezes para evitarem maiores prejuízos e puderem desfrutar relativa paz com suas famílias” (p. 183). Critica a modernização na produção do açúcar: “Das margens do Tapirucu até Barreiros viaja-se quase em terras industrializadas. Um ou outro teimoso representante das famílias tradicionais nas casas-grandes restantes, como últimos abencerragens da classe” (p. 59). Critica, por fim, a marcha feminina rumo a posições mais igualitárias em relação aos homens: “A mulher fuma, a mulher vota, a mulher é elegível, a mulher militariza-se, invadindo assim as grosseiras atribuições masculinas: perde com isto aquele misterioso encanto que o recato antigo lhe assegurava” (p. 92). Juízos assim exemplificam sua perspectiva infensa a transformações. Mas bem pesadas as correspondentes motivações, veremos que o autor não se conduz por um desejo de dominação arbitrária, como seria lícito, em princípio, acreditar. Não houvesse por parte dele justificação sensata no texto de seus propósitos, a simples disposição humana que sua prosa faz transparecer já consistiria num sobreaviso ao leitor a fim de que não concluísse apressada e negativamente a respeito de suas posições. Porque essas posturas obscurantistas deixam de sê-lo, ou pelo menos perdem muito de sua ignomínia, quando contextualizadas adequadamente, vistas sob a óptica da conduta intelectual e afetiva do autor. Obviamente não se trata de defender seus pontos de vista, mas apenas evitar um enfoque simplista que neles veja somente a índole iníqua e perversa das relações humanas desiguais. Sua profissão de fé vai, aliás, em direção contrária:

A época que vamos vivendo é evidentemente, no conceito de todos, uma era de transição: um mundo novo se prepara e há de surgir dessa inquietação incessante, dessa elaboração surda de idéias que refervem e agitam as nações como os rumores subterrâneos fazem tremer a terra antes das erupções vulcânicas. À sabedoria dos governantes e dos legisladores está entregue o destino da civilização.

Um mundo novo, onde a equidade e a justiça imperem, melhorará por certo a sorte da humanidade. Todos devem ter direito a um quinhão de felicidade na existência. A fartura e a felicidade deixarão de ser um privilégio de reduzido grupo de homens para ser um bem universal. Tudo tem de ser saneado, consertado, ajustado dentro da razão e do equilíbrio, da justiça e da bondade humana. (BELLO, 1985, p. 185).

Júlio Bello provavelmente não desejaria abolir as bases do sistema em que estava inserido. Gostaria de ver, por certo, menos injustiças, algumas reformas, população mais feliz. Tudo, porém, feito de forma ordeira, sem extremismos, sem confiscos, com crença na “bondade humana”. Podemos apontar os paradoxos de suas expectativas, sim. O que não se pode, parece-me, é desqualificar antes de qualquer consideração as suas posturas, imputando-as como ingênuas, interesseiras ou co-

modistas. Julgo, aliás, que o interesse despertado por suas memórias tem muito que ver com essa cisão de base, que é um dos elementos a orientar a organização do texto.

Tem razão José Lins do Rego ao afirmar em prefácio - datado de julho de 1938 - à obra do autor que “o livro de Júlio Bello é qualquer coisa de novo em nossa literatura de memórias, tão pobre de bons livros.” *Memórias de um senhor de engenho* é um dos que contribui para a superação desse quadro de escassez.

Referências Bibliográficas

- [1] BELLO, Júlio Celso de Albuquerque. **Memórias de um senhor de engenho**. 3a. ed. Recife: FUNDARPE - Diretoria de Assuntos Culturais, 1985. (Col. Pernambucana - 2a. fase)
- [2] BARBOSA, João Alexandre. A paixão crítica. In Augusto Meyer. **Textos críticos**; seleção e introdução de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Col. Textos)
- [3] CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 5a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. 2 vols.
- [4] FREYRE, Gilberto. **O velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”**. Recife, FUNDAJ / Editora Massangana, 1989. (Col. Série República)
- [5] SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Col. Retratos do Brasil)

Autor

¹ **Afonso Henrique FÁVERO, Prof. Dr.**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Departamento de Letras
ahfaver@ig.com.br